

Alba Zaluar

Por Cesar Caldeira, Emilio Dellasoppa, Marcos Bretas e Michel Misse

Foto: Carmen da Matta



Michel Misse, Marcos Bretas, Cesar Caldeira, Alba Zaluar e Emilio Dellasoppa.

Quando fazia sua pesquisa de Doutorado em Antropologia, no início dos anos de 1980, sobre representações sociais da pobreza na Cidade de Deus, em Jacarepaguá, Alba Zaluar não podia imaginar que estava começando a lidar com uma realidade nova, que escapara à vista de todos, mas que surgiria como um dos principais problemas da cidade e do país nos anos seguintes: o tráfico de drogas e seus jovens trabalhadores-bandidos. Sua tese, publicada com o título *A Máquina e a Revolta*, tornou-se um clássico da antropologia urbana brasileira e seu nome, uma referência fundamental para quem quer que se interesse em estudar e pesquisar juventude, pobreza, cultura popular e violência urbana no Brasil contemporâneo. Concorde-se ou não com sua perspectiva analítica e seus *insights*, com sua personalidade polêmica e ativa ou com seu estilo franco e despojado, Alba Zaluar é consensualmente uma das mais importantes antropólogas brasileiras. Por tudo isso, nós a escolhemos – para esta edição que tem como tema geral a violência urbana – para nos contar um pouco de sua trajetória pessoal, falar de suas opções na carreira acadêmica e na vida política e social e discorrer sobre as batalhas em que se envolveu e ainda se envolve nessa cidade a que sempre dedicou seu entusiasmo e paixão.

RRJ – Gostaríamos de iniciar esta entrevista com sua trajetória. Quem é Alba Zaluar?

AZ – Sou nascida e criada no Rio de Janeiro, oriunda de uma família tipicamente brasileira, composta, de um lado, de imigrantes que vieram em navios, no final do século XIX. São os meus avós maternos. E, de outro, de uma família urbana, carioca, de origem portuguesa. Meu bisavô foi quem começou essa saga da família Zaluar porque ele era um rebelde. Ele foi desterrado de Portugal porque participou da Revolta Liberal do Porto, que exigia uma constituição para Portugal, e veio para cá com uma mão na frente e outra atrás. Ele era poeta, estava no último ano do curso de medicina. Aqui, ele fundou jornais, escreveu livros, romances. Vivi numa casa que considero um privilégio porque meu pai era uma pessoa altamente culta, um médico que convivia com livros de arte, com literatura francesa, inglesa, brasileira, portuguesa. Isso de um lado. De outro, uma família de imigrantes, muito unida, divertida e conflituosa, uma família extensa. Evidentemente meu pai cuidava de todo mundo de graça, como médico que era.

RRJ – Qual era o sobrenome de sua família?

AZ – Zaluar! Zaluar é o sobrenome do meu bisavô paterno, esse português que foi obrigado a emigrar para o Brasil. Mas ele amava o Brasil profundamente. Criticava muito a Corte em seus livros, mas amava muito o Brasil. E isso aparece com muita clareza nos livros dele; era um

entusiasta pelo Brasil. Tudo isso me marcou muito, mas eu diria que não foi só a família, porque a minha experiência como estudante, na Faculdade Nacional de Filosofia, na década de 60, foi ainda mais marcante para a minha trajetória. Primeiro, porque eu também tive o privilégio de conviver com estudantes, com jovens, como eu, que eram extremamente ativos politicamente, que tinham e participavam de um projeto nacional. Eu nunca me senti carioca! Só me senti carioca quando fui trabalhar em São Paulo. Minha identidade sempre foi a de brasileira, até porque passei seis anos no exílio na Inglaterra, mas eu tive esse privilégio, de aprender (e apreender) a importância da participação, da atividade política e de projetos políticos com meus colegas da FNF. Por causa disso, também tive que sofrer algumas consequências bastante marcantes e traumáticas depois do Golpe de 1964. No dia 31 de março, nós estávamos todos no Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, o famoso CACO, e quase fomos vítimas de um extermínio, porque os paramilitares do Lacerda, a polícia, o DOPS, se postaram na frente do CACO, fecharam a rua com kombis, metralhadoras e jogaram um monte de bombas de gás lacrimogêneo para dentro do prédio, esperando que nós saíssemos de lá para nos metralhar. Tivemos a sorte de isso ser visto por sargentos que levaram a informação até um capitão no Ministério da Guerra, que eu só vim a saber pelo próprio ex-capitão, que se chama Ivan Cavalcanti Proença, na comemoração dos 40 anos do Golpe de 1964, à qual eu também compareci.





Ele contou a história na versão que completou a nossa memória falha, apavorada como a minha, de uma jovem de vinte anos de idade, com seu marido recente e um monte de amigos do peito, e que se preparava para morrer ali naquele momento. Esse capitão conseguiu se impor sobre os paramilitares, e disse apenas o seguinte para todos nós, a cada um dos que saíram, que “vocês têm muito pouco tempo para sair, têm que sair rápido, vocês vão sair de dois em dois, de três em três, não mais que isso”. Então, fomos saindo como casais, com exceção de algumas amigas que já estavam pulando pela janela, embora estivessem grávidas, voltaram para sair também dessa forma. E todos nós conseguimos nos salvar. A viagem para casa também foi de uma tristeza imensa porque nós tomamos ônibus e vimos a comemoração dos carros que vinham da Tijuca, pela Presidente Vargas, buzinando, soltando foguetes, e os poucos operários, marinheiros e soldados na região da Central jogando pedras em cima desses carros, mas de uma forma totalmente ineficaz, e ali nós sentimos que tínhamos realmente perdido. Quando, passando pelo Flamengo, vimos o prédio da UNE em chamas, nos preparamos, então, para enfrentar um longo período de fechamento, que obviamente me marcou profundamente, porque eu tive que, primeiro, emigrar para a Inglaterra, com o meu ex-marido, e, depois, procurar trabalho em São Paulo. Todos os empregos que conseguia aqui no Rio de Janeiro eram imediatamente seguidos por uma carta do SNI (Serviço Nacional de Informações),

dizendo que eu não podia ficar lá. Eu era convidada a me retirar, e estranhava, até que, isso já em 1979, na FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), um amigo meu da diretoria me contou: “Chegou essa carta do SNI. Você vai ter que sair porque nós temos que proteger outras pessoas que trabalham aqui na FINEP”. Eu disse para ele: “Lamentavelmente, eu não vou pedir demissão, pedi licença sem remuneração na UNICAMP e não vou sair assim. Se alguma coisa me acontecer, eu vou botar a boca no mundo; tenho dois filhos pequenos para criar, não tenho onde ir, preciso desse emprego!” Já estava separada. Daí, eles foram a Brasília conversar. O diretor da FINEP, um nacionalista, o Dr. Pelucio, um homem conhecido e um ótimo sujeito... Ele foi pessoalmente conversar com a cúpula dos generais, foi dizer que eu não apresentava nenhum risco, que eu era uma mãe de família, que nunca tive participação na guerrilha – e não tive mesmo. Aí vieram de Brasília uns oficiais, me fizeram as perguntas mais burocráticas que vocês possam imaginar, e eu continuei na FINEP, mas mesmo assim com uma enorme dificuldade. Lógico que muitos não ficaram satisfeitos com a minha permanência. Então, voltei para a UNICAMP e fiquei vinte anos trabalhando lá.

RRJ – Em que período esteve na Inglaterra?

AZ – Foi de 1965 a 1971. Fiz vários cursos lá porque o meu curso de ciências sociais na FNEi ficou muito afetado. Um grande número de professores foi demitido ou aposentado.



RRJ – Você chegou a concluir o curso de graduação no Brasil?

AZ – Concluí, mas não coleí grau. Essa é uma história interessante. A minha turma da faculdade, no final de 1965, resolveu fazer a festa de formatura na Escola de Samba da Mangueira. Nosso paraninfo foi o Preto Rico, um famoso compositor da Mangueira na época. Eu tenho o diploma da Escola de Samba da Mangueira... [risos] Logo depois, viajei. A colação de grau oficial foi na FNFi, nós queríamos evitar colar grau na presença do Eremildo Vianna, que foi diretor da FNFi antes, durante e depois do golpe militar. Em janeiro de 1966 eu não estava mais aqui. Eu tinha que ir embora porque já tinha sido chamada duas vezes no IPM (Inquérito Policial Militar) e duas vezes no DOPS. Nas quatro vezes, meu pai me acompanhou. Eu tenho certeza, hoje, que foi meu pai quem me salvou de ter prisão decretada e maiores constrangimentos, embora todas essas experiências também tenham sido muito traumáticas. O meu pai tinha feito Escola Militar. Saiu no último ano para estudar medicina. Mas ele tinha muitos amigos na Escola Militar, vocês sabem como é a amizade entre os colegas de uma corporação, a lealdade entre os membros é muito reforçada na turma. O resultado disso é que meu pai cuidava dos seus ex-colegas, todos, os capitães, coronéis da ocasião. O Golbery tinha sido contemporâneo do meu pai. Meu pai nunca falou o que ele fez, mas eu tenho certeza de que eu ia ser presa no DOPS se não fosse a intervenção dele.

RRJ – Você militou no Partido Comunista Brasileiro?

AZ – Sim, eu militava no Partido. Mas me deixa contar essa história que ela é interessante. Eu estava sentada numa sala do DOPS – os policiais me “comiam” com os olhos, eu era bem jovem, dizem que eu era bonitinha –, então os policiais me faziam perguntas estapafúrdias, me acusavam de coisas que eu nunca tinha feito; era uma situação de muita intimidação; entrava um, saía outro, chegavam assim: “Nós sabemos! Nós temos provas!” etc. Eles tinham a preocupação de que eu denunciasses outros colegas. O Coronel Montezuma, que era o responsável pelo inquérito policial militar da FNFi, procurava me seduzir oferecendo emprego, dizendo que eu era uma das melhores alunas da faculdade, que os outros colegas já tinham me denunciado, que vários colegas tinham sido militantes do Partido Comunista, do qual eu participei mesmo. Os policiais não, eles vinham com atitude extremamente agressiva, tanto do ponto de vista sexual, quanto na maneira de fazerem as perguntas, de se imporem sobre mim. De repente, a porta se abre e meu pai irrompe. Ele tinha conseguido entrar na sala, sentou-se do meu lado, e aí tudo mudou. Eu não sei o que o meu pai fez para conseguir entrar naquela sala, mas eu sei que ele me salvou [risos]. Eu ia ficar presa, não sei o que ia acontecer comigo ali. Era o início da “ditadura envergonhada”, mas tudo poderia acontecer, pessoas sofreram constrangimentos muito maiores do que os que eu sofri. Foram essas as circunstâncias, que talvez não tenham sido tão raras assim, como eu sugiro, porque





essas conexões familiares funcionaram muito para impedir que estudantes daquela época fossem torturados, presos, mortos...

RRJ – Você voltou ao Brasil numa época em que muitos estavam saindo do país. Não teve receio de retornar exatamente no período mais duro do Regime Militar?

AZ – Olha, a saudade era tanta... O meu pai tinha morrido em 1969 [Alba se emociona]. Eu não pude ver o enterro do meu pai. Eu já tinha um filho pequeno, que tive na Inglaterra em condições muito precárias. O meu ex-marido, pai dos meus filhos, tinha uma bolsa ridiculamente pequena do CNPq, de vez em quando eu arrumava uma tradução para fazer; vivíamos bem precariamente, e eu estava grávida de novo. Então eu não tive muita alternativa. Realmente foi uma fase muito dura, já que naquela época a guerrilha estava no seu auge e a repressão policial também. Mas, como nós nunca fomos partidários da luta armada, nós nunca nos envolvemos com isso, a gente pôde continuar a viver aqui. O Alberto, meu ex-marido, já trabalhava no CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), ele nunca foi demitido, nem aposentado, e eu fiquei tentando arrumar um emprego, como eu contei para vocês, recebendo sempre uma cartinha do SNI. Havia momentos de muita tensão, momentos em que eu sabia que algum ex-colega da FNFi tinha sido preso, torturado, como vários foram. O pessoal todo do Tortura Nunca Mais, foram todos colegas meus. A Cecília Coimbra e vários

outros eram meus colegas de faculdade. Era tudo muito difícil, mesmo assim consegui concluir o mestrado no Museu Nacional, sob a orientação do Roberto DaMatta. Depois, comecei a fazer doutorado na USP, que se prolongou de 1978 a 1984.

RRJ – Isso não era muito comum na época.

AZ – Pois é! Eu nunca tive bolsa de doutorado, eu já estava dando aulas na UNICAMP. Além disso, com todas essas dificuldades, de locomoção, de liberdade de expressão. Mas tive o privilégio de viver numa família como eu vivi, uma família muito rica em termos de experiências pessoais. A minha avó, que veio para o Brasil, num desses navios que traziam imigrantes para cá, quando tinha treze, quatorze anos de idade, com mais duas irmãs; uma se casou com um imigrante francês, outra se casou com um italiano e ela se casou com um imigrante espanhol – o meu avô. Foi assim: parentes italianos, franceses, espanhóis, portugueses [risos...], o que possibilitou ter experiências muito ricas. Era uma família extremamente alegre, porque todos absorveram o espírito carioca. Meus tios, meus pais eram cariocas, as reuniões familiares eram sempre muito engraçadas e divertidas. Por outro lado, havia esse estímulo a ter uma atitude independente, de livre pensador. Meu pai se considerava um livre pensador. Eu também não posso deixar de mencionar que a passagem pela equipe do Luciano Martins consolidou essa minha atitude em relação à pesquisa, porque eu não me contentava com o convencional... Durante um



ano e meio eu fiz parte da equipe do Luciano, quando eu era ainda aluna da graduação. Isso foi depois de 1964. Ele não deixou que eles me expulsassem do grupo dele, dizendo que, se me expulsassem, ele sairia junto.

RRJ – Você começou a trabalhar naquela pesquisa do empresário nacional dirigida por ele?

AZ – Foi uma das primeiras pesquisas que fiz. Eu e Paulo Hime, meu colega de turma. Depois chegaram a Alzira Abreu, a Maria Luísa Proença. Eu e Paulo Hime fizemos todo o levantamento da pesquisa nos diários oficiais das décadas de 1914 e 1930. Ali, eu aprendi muito, que era preciso romper com os esquemas, com o senso comum, digamos assim, que prejudica a área da pesquisa. Finalmente, na Inglaterra, eu não preciso nem dizer a vocês que a experiência na universidade inglesa também ajudou a consolidar ainda mais o meu compromisso com a pesquisa bem feita, porque eles têm uma preocupação muito grande com a qualidade do dado; eu aprendi a fazer boa etnografia, aprendi a lidar com dados estatísticos de maneira cuidadosa.

RRJ – Que cursos fez na Inglaterra?

AZ – Sociologia urbana e sociologia industrial. Em Manchester.

RRJ – Por que você resolveu estudar antropologia no Brasil? Você já tinha uma formação em pesquisa, com Luciano Martins, já havia estudado na Inglaterra,

voltou ao Brasil e foi fazer mestrado. Fale-nos sobre essa opção.

AZ – Bom, meus professores de sociologia urbana e de sociologia industrial na Inglaterra eram todos ex-antropólogos, tais como Peter Worley, Clyde Mitchell, Max Gluckman, que continuou antropólogo, mas no departamento conjunto de sociologia e antropologia. Todos tinham passado por experiências de fazer etnografia em outros países e, naquela ocasião, estavam montando equipes que estudavam vilas, pequenas cidades operárias na Inglaterra, o *shop floor* das fábricas, pelo método do trabalho de campo etnográfico, usando o conceito de *redes sociais*, que foi praticamente inventado e desenvolvido em Manchester. Clyde Mitchell é uma figura importantíssima! Ele e seus discípulos formaram muita gente em Manchester, eram especialistas, trabalhavam com a idéia de rede desde os anos 60. Por causa disso, quando cheguei ao Brasil, verifiquei que os sociólogos continuavam a pensar como nós pensávamos na FNFi no início da década de 1960, aquele marxismo “pesado”. Marxismo que, comparado com o que eu tinha aprendido na Inglaterra, já estava superado, tinha de ser criticado. Além disso, eu tinha um fascínio muito grande pelos movimentos messiânicos; então, me encaminhei para o Museu Nacional. O Roberto Cardoso de Oliveira estava lá, dirigindo o programa, já o conhecia do Instituto de Ciências Sociais, onde ele tinha mantido a posição do Luciano Martins que impediu que eu fosse expulsa do Instituto, que não era, ainda, o órgão da graduação. Eu nunca fui ameaçada





de expulsão na FNFi. Eu fui ameaçada de expulsão no Instituto, que era um órgão separado, um órgão de pesquisa. Eu fui embora no final de 1965. [O Instituto acabou em 1967].

RJ – Retomando a pergunta anterior, o que levou você a estudar antropologia depois de ter estudado sociologia? Foi em parte por insatisfação com a forma de trabalho da sociologia, por afinidades intelectuais, como o caso de sua identificação com Roberto Cardoso de Oliveira?

AZ – Sim, em parte pela afinidade intelectual com Roberto Cardoso de Oliveira. Eu o respeitava, ele tinha sido uma pessoa muito importante para manter em mim a idéia de que havia justiça nesse país. Depois de todas as experiências pelas quais eu passei naquele período, talvez eu tenha ido até me refugiar num lugar desse porque era um período extremamente difícil da nossa história. E era um programa muito respeitado, tinha bons professores, diversos estrangeiros, que davam aula lá. Enfim, fiz o concurso, passei muito bem, ganhei uma bolsa de estudos e lá fui ficando. Não chegou nenhuma cartinha do SNI [risos...], não era emprego! Então, para mim, foi bastante conveniente. Só que eu não consegui fazer a pesquisa que eu queria sobre os movimentos messiânicos porque os arquivos eram todos privados! Isso é um outro aspecto na vida intelectual. [risos...] Havia um professor baiano que possuía todos os diários do Conselheiro. E, uma vez, por conexões familiares – por meio do meu ex-sogra, Alberto Passos Guimarães,

que era amigo desse professor baiano –, tive contato com ele. O professor baiano, que estava aqui no Rio, mostrou os diários do Conselheiro; eram dois livros considerados originais, mas quando fiz menção de pegar no material, ele retirou, enfiou de novo na bolsa e ali acabou a minha pesquisa [risos...]. Fiquei nas mãos da Maria Isaura Pereira de Queiroz, que tinha um grupo de alunos para continuar a pesquisa. Desisti e depois fiz a minha tese de mestrado baseada em pesquisas de comunidade e livros sobre as festas de santo no Brasil.

RRJ – Como foi sua experiência na USP?

AZ – Foi bastante amigável. Eunice Durham foi minha orientadora; ela me aceitou como aluna. Fui colega da Teresa Caldeira e do José Guilherme Magnani, que faziam mestrado com a Ruth Cardoso. De quem mais? De várias pessoas, como a professora de antropologia Maria Lúcia Montes! São pessoas extremamente inteligentes. Os seminários eram muito interessantes, aprendi muito com eles, eles conviveram muito comigo, porque eu vinha com uma bagagem desconhecida deles, por exemplo, quase ninguém tinha lido o livro do Edward Thompson, *The Making of the English Working Class*, não tinham tido a experiência que tive na Inglaterra. Também foi muito bom para o grupo a minha presença lá. Nós discutíamos com os autores argentinos que estudavam cultura e ideologia, análise de discurso e simbolismo. Fora esses seminários, em que a gente discutia textos, eu me senti muito só, porque de fato fui tateando no projeto de pesquisa até que eu cheguei na Cidade de Deus e me deparei



com uma situação que eu desconhecia. E foi assim que essa bagagem de boa pesquisadora funcionou a meu favor. Porque eu não tive medo de enfrentar e de falar dessa nova situação. A pesquisa de campo se deu também num período mais favorável – eu comecei a pesquisa em janeiro de 1980, quando o governo Figueiredo do Regime Militar agonizava. Tivemos a primeira eleição direta para governador em 1982, e tive também a sorte de acompanhar esse processo. Fui com o propósito de estudar a pobreza, o significado da pobreza e as organizações vicinais; fui para conviver com os trabalhadores pobres, que constituíam uma categoria bem mais ampla que a de operário, um rompimento com a tradição dos trabalhos de sociologia urbano-industrial no Brasil. Aproveitava a experiência na Inglaterra, em que eles se concentravam em estudar as vizinhanças, as relações, as redes de relações dos operários dentro da fábrica, redes de relações que tinham a ver com a vizinhança. Eu fui estudar a vizinhança, as redes e as organizações dos trabalhadores pobres. E os capítulos que eu considero os melhores da tese são os capítulos justamente sobre o bloco de carnaval e sobre a política local, quando eu conto, então, a experiência deles nesse processo eleitoral. Mas, fiz um outro capítulo que chamou mais a atenção: o sobre os bandidos. A banca na USP foi muito generosa comigo, embora fizesse críticas, foi muito elogiosa, e a tese foi logo considerada uma tese inovadora que rompia com certos esquemas teóricos, enfim, eu iniciei uma trajetória surpreendente; comecei a ser chamada para falar principalmente sobre os bandidos e o tráfico,

mas algumas pessoas me chamaram para falar desses dois capítulos que eu gosto muito. Inclusive o pessoal do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro)... Fui falar também no IPESP (Instituto de Pesquisas Sociais de São Paulo). Foi uma sucessão de convites.

RRJ – Você escreveu o artigo “A Lógica do Ferro e do Fumo”.

AZ – Esse artigo foi apresentado em 1982 em seminário na UNICAMP, organizado pelo Paulo Sérgio Pinheiro. O livro também era organizado por ele. Antes desse artigo, eu já tinha feito uma apresentação no Rio de Janeiro organizada pelo IUPERJ, entre o final de 1981 e início de 1982, não me lembro bem. Eu tinha somente uns dois anos de pesquisa, mas eu já comentava com colegas a respeito do que estava havendo. Com essa solicitação, antes mesmo de eu terminar a tese, comecei a chamar a atenção dos colegas.

RRJ – Você defendeu a tese em 1984. Em 1985, você organizou um seminário no *Globo* intitulado “O Rio contra o Crime”.

AZ – Baseado em uma pesquisa de opinião que eles fizeram.

RRJ – Menos de um ano depois de ter defendido a tese, você já estava envolvida com essa temática?

AZ – Não. Esse convite partiu em função da publicação do livro e devido ao fato de que eu tinha feito algumas avaliações de projetos para o Ministério da Previdência, onde estava Rafael



de Almeida Magalhães, um dos dirigentes na ocasião, que me conhecia, que tinha gostado muito do trabalho que eu tinha feito sobre clientelismo político. Publiquei esse trabalho sobre clientelismo político na revista do PMDB; é o embrião do capítulo final da tese. Isso foi antes das eleições de 1984, quando se previa que o Miro Teixeira iria ganhar por causa da máquina clientelista do antigo governador Chagas Freitas; e eu dizia que não! Eu dizia que não, porque, pelos meus dados, essa máquina era fajuta. Ela estava baseada na ilusão de que o pobre era completamente dominado pelo clientelismo, era idiota [risos]; e ele não era. Bom, eu via como eles manipulavam os políticos; eles convidavam todos de todos os partidos e ficavam mudando as faixas; e fiquei curiosa para saber como é que os políticos podiam controlar o voto deles; eles diziam: “alguns pedem o título eleitoral da gente, anota, mas outros nem isso”. Então, eu fiz a pergunta: “afinal, em quem vocês vão votar?” E eles respondiam: “o voto é secreto!” [risos]. Essa resposta dizia tudo. Eles não iam votar no Miro Teixeira nem naqueles vários candidatos a vereador e deputado. Vários daqueles candidatos não foram eleitos. Os que passaram por lá, da máquina política do Chagas... Isso tudo é muito revelador, também sobre todos esses mitos que existem no Brasil, ainda hoje, a respeito dos pobres, dos trabalhadores pobres. Eu acho que esse mito, hoje, na sua face mais perversa, afirma que os trabalhadores pobres são aliados ao tráfico. Eles não são aliados ao tráfico! De forma nenhuma! Isso eu tenho

trabalhado bastante em textos mais recentes, mas, naquela ocasião, o que me preocupava era justamente essa história do clientelismo político ser associado à pobreza.

RRJ – Esse tema é muito antigo. Você, em 1986, chamava os pobres de povo eleito de Deus, elemento maldito, e o ócio como prenúncio de crime. Essa mudança, de povo eleito a elemento maldito... como se deu?

AZ – A religião nunca deixou de estar presente no meu trabalho. Sempre fiquei muito atenta a isso por causa da minha formação de antropóloga, que foi muito marcante, especialmente quando voltei para o Brasil e fui estudar no Museu Nacional. Por exemplo, os autores ingleses da história social e os antropólogos que se ocuparam com a classe operária inglesa deram muita importância à religião. Alguns trabalhos que eu li então sobre a pobreza falam do papel que os pobres, como povo eleito de Deus, ocupam no imaginário. Isso também ocorreu no Brasil, quando havia uma mendicância quase que sagrada – os *esmoleurs* –, especialmente no Nordeste, mas que se transformou com as mudanças ocorridas. Na Inglaterra, por causa das “poor laws”, a esmola passa a ser proibida e o pobre que não trabalha passa a ser apontado como prenúncio do vício, um indicador do vício. O vício do crime. Esse processo foi muito pouco estudado no Brasil. Mas já se fala um pouco mais sobre isso. Essa história ainda tem de ser contada. E o que tem me impressionado nessas pesquisas todas que eu fiz (e fiz muitas, sobre



vários aspectos, entrando por diferentes portas), o que tem me impressionado é o fato de que é muito difícil encontrar um malandro. A figura paradigmática do malandro carioca, que não trabalha foi inventada pelos intelectuais paulistas. É o que eu penso agora... Nesta última pesquisa que eu estou fazendo sobre sambistas, quando você vai conversar com eles, todos trabalharam e trabalham, tendo ou não emprego. Nas horas de lazer, eles fazem samba! Eles vão encontrar os amigos no boteco. Então, o samba é uma coisa suplementar ao trabalho. Alguns conseguem viver da música, mas esses se tornam profissionais e passam a trabalhar na música, dando shows, produzindo cds, participando, enfim, de uma quantidade incrível de associações que existem em torno dos sambistas hoje no Rio de Janeiro. Essa idéia de que a explicação para o que acontece no Rio de Janeiro, de que a origem disso tudo está na malandragem, é extremamente preconceituosa em relação ao trabalhador pobre, mas especialmente em relação ao trabalhador carioca. Ou, pelo menos, o que vive aqui no Rio de Janeiro, porque quase metade da população não é carioca.

RRJ – Você está pensando, particularmente, em um “malandro artista”. Mas o que se vê é um “malandro valente”, do morro, sobre o qual se tem toda uma narrativa no último século. Alguns eram “capoeira”.

AZ – Mas os de capoeira também eram trabalhadores! Eles eram da estiva, sindicalizados, importantes no movimento sindical brasileiro.

RRJ – Sim, eles eram trabalhadores, porém a equação montada pela polícia era a de que eles eram bandidos! Diferente do que aconteceu a partir dos anos de 1940, quando o malandro era folclorizado, não como aquele do “Bando da Lua”, da Carmem Miranda, do “Camisa Listrada”, do Ary Barroso; este era o “malandro artista”! O “malandro valente” é perseguido. Usava-se a denominação “malandro” para designar bandido.

AZ – Não era bandido, era vadio.

RRJ – Percebe-se na música brasileira uma idéia positiva de malandro, diferente da propagada pelos intelectuais e políticos paulistas. Fazem-se várias músicas sobre essa malandragem, ou seja, existe a construção de uma fantasia malandra no Rio de Janeiro já no final dos anos 20.

AZ – Sim, mas não tem nada a ver com o trabalho, é isso o que eu quero dizer. Essa oposição malandro *versus* trabalhador vai surgir através dessa construção da identidade paulista pelo trabalho. No Rio de Janeiro não se analisou isso. Durante os vinte anos em que eu trabalhei em São Paulo (onde ouvi que eu era uma das professoras que mais trabalhava na universidade de Campinas [risos]). Aí que descobri que eu era carioca! De tanto ouvir que o carioca não trabalhava, era malandro ou vadio; não ousavam empregar o termo preguiçoso, não sei porque, não sei dizer como é que se deu essa construção no imaginário paulista. Uma pesquisa interessante de se fazer, porque



o processo de construção é certamente muito intencional e preconceituoso, que independe, de certo modo, daquilo que se passava no Rio de Janeiro, e muito mais de como São Paulo queria aparecer para o resto do Brasil. E para o resto do mundo. É, isso é Getúlio... [risos].

RRJ – A história da vida privada no Brasil...

AZ – A locomotiva do Brasil...

RRJ – É a partir do momento em que escreve *A Máquina e a Revolta* que você começa a pensar numa outra lógica para o crime? Você traz duas inovações polêmicas para essa temática no início dos anos 80 quando escreve a tese de doutorado. A primeira, a de ter identificado uma dinâmica empresarial no tráfico; a segunda, foi a oposição que você ressaltou na representação social entre trabalhadores e bandidos. Você retoma essa discussão em “Para não dizer que não falei de samba”, o capítulo que você escreveu para o livro da *História da Vida Privada no Brasil*?

AZ – Retomo, mas não foi muito mais balizada porque, quando comecei a escrever *A Máquina e a Revolta*, como eu disse a vocês, eu sabia muito pouco sobre esse assunto. Eu estava me baseando em informações jornalísticas sobre o tráfico internacional e nos dados etnográficos da pesquisa. Acho que eu tinha lido um livro sobre a máfia na década de 1980, era um livrinho sem importância, mas depois fui me

aprofundando, e participei de um projeto da UNESCO que foi coordenado pelo Michel Schiray e Christian Geffray, dois colegas franceses, em que aprendi muito a respeito de como funciona e quais são as conexões internacionais do tráfico de drogas e me interessei cada vez mais pela história do crime organizado no mundo, particularmente a história da máfia, que é a que está mais bem descrita. Se a gente for comparar, por exemplo, o Brasil com a Colômbia, a Colômbia dá de vinte! Eles têm, realmente, livros muito bem feitos sobre a violência por lá, sociólogos, economistas, juristas, historiadores se aprofundaram muito; aqui, os historiadores e estudiosos chegaram muito tardiamente a se interessar. Tem-se muito pouca história do crime organizado. Os jornalistas tendem a ocupar esse lugar, muitas vezes de uma forma irresponsável, começam a tirar teorias que não se sustentam, e a usar dados, também, sem o devido cuidado. Qualquer declaração de um traficante preso é tomada como se fosse a verdade a respeito do tráfico no Rio de Janeiro e no mundo, não é isso? Além do mais, a inteligência da nossa polícia a respeito do que se passa dentro do Brasil ainda é muito falha! Não temos, como acontece na Colômbia, um sistema de informações a respeito disso. César Caldeira tira leite de pedra. E eu tentei fazer isso agora no último livro *Integração Perversa* com mais dados documentais. Então, fui à internet, aos jornais, coisas que eu sempre guardo como um *bricoleur*, porque toda notícia interessante que aparece em revistas e jornais eu joga na minha pasta, documentos sobre os mais diversos assuntos.



Recolhi tudo e fui reler tudo isso e descobri coisas interessantíssimas que eu fui colocando nesse capítulo sobre a lógica do crime organizado. Mas isso sempre esteve presente, para mim, como uma alternativa de interpretação, não dava para explicar tudo pela pobreza justamente por causa das diferenças enormes que vi em termos de atos, de atitude para a vida; fiz essa comparação toda em relação ao consumo, orientação para família, o tipo de relação que travam na vizinhança, a diferença entre o respeito ganhando “na moral” e vencer “no braço”, como eles dizem. O que diferencia profundamente o bandido do malandro valente. O malandro valente tinha um respeito muito maior dos seus pares porque ele ia no braço, na pernada. O bandido atual usa a arma de fogo para superar o adversário. E quem introduz isso aqui na malandragem carioca é o pernambucano Madame Satã. Ele é sertanejo, para quem o revólver era muito mais importante do que qualquer outra coisa.

RRJ – Gostaríamos de levantar outra questão interessante presente nos seus trabalhos. A idéia da prevalência no Rio de Janeiro da ética do provedor sobre a ética do trabalho. Em São Paulo isso ocorreu também ou prevaleceu a ética do trabalho?

AZ – O que posso informar é o seguinte: pelos dados do IBGE, o carioca trabalha mais horas do que o paulista. O que é compreensível, porque os salários aqui, hoje, são relativamente mais baixos. Mas eu não conheço nenhum

estudo que tenha se preocupado em construir, de outra maneira, essa ideologia do trabalho em São Paulo. Certamente, a definição da identidade do paulista é profundamente relacionada com o fato de que só eles trabalham no Brasil, mais ninguém. No Rio, há aquela idéia de que eu trabalho para viver, eu não vivo para trabalhar. Você vai conversar com qualquer pessoa nessa área, do samba mesmo, com homens e mulheres, apesar de ter trabalhado mais com homens, isso aparece com muita clareza. Tem uma área do lazer que sempre foi importantíssima no Brasil. O que vai dar justamente nessa enorme criatividade cultural que está no Rio de Janeiro, mas no país todo, que é também muito importante no Nordeste, na Bahia, na região Norte, no Pará, porque o trabalho não é tão importante assim na definição do brasileiro. Muito mais essa capacidade de dar a volta por cima, de correr atrás, de estar sempre procurando formas de manter-se na atividade, ou vivo, mas sempre deixando um espaço para a alegria, para a produção cultural autônoma. Não podemos nos esquecer que o ócio, segundo os gregos, é que possibilita a criação da cultura. Então chega de ideologia paulista.

RRJ – Uma das versões do malandro é a de que ele tem emprego e não trabalha. A estiva vai ser um lugar típico para a disseminação dessa idéia. Aquele que não pega no pesado.

AZ – Mas alguém pega!





RRJ – Sim, mas o malandro seria aquele que tem o emprego, recebe o dinheiro no final e não pega no pesado!

AZ – Não pega no pesado, mas está lá, organizando o trabalho. Não é isso que os capitalistas, os intelectuais, os gerentes e os técnicos fazem? A divisão do trabalho não está entre os que trabalham e os que não trabalham.

RRJ – Esse tema é realmente fascinante para se aprofundar, para se pesquisar. O perfil do aristocrático é o de não dignificar o trabalho. Pelo contrário, considera o trabalho equivalente a uma vida de escravo, de otário. Mas, ao mesmo tempo, o brasileiro chegar e dizer: “eu não posso viver sem trabalho...”

AZ – Nunca ouvi isso! Eu acho que a gente tem que desconstruir essa idéia, porque nunca ouvi ninguém, em nenhuma das minhas pesquisas, dizer que trabalho é coisa de escravo. Dos jovens que estavam sendo atraídos pela quadrilha, ouvi dizer que quem trabalhava por salário mínimo era otário. Tudo bem, mas não é uma justificativa para entrar no tráfico. Mas, dos trabalhadores, não. Eles não se consideram otários; ao contrário, para eles, malandro é quem sobrevive, e o bandido morre cedo.

RRJ – Uma pergunta: depois da *A Máquina e a Revolta*, o que se produziu naquele ano, no Rio de Janeiro?

AZ – Você está diante das pessoas que produziram coisas relevantes, e alguns também estão faltando, aqui, vocês poderiam ter chamado todos.

Em termos de etnografia de vizinhança, tem o trabalho do Marcos Alvito (*As Cores de Acari*), o de Antônio Rafael, da UFF, que fez uma etnografia despretensiosa, mas que mantém essa tradição de estudos de vizinhança para entender as relações bastante complexas e mutantes. Elas mudaram muito desde que comecei a estudar esse tema.

RRJ – Você escreveu *A Máquina e a Revolta* em 1983. O que é que significa essa revolta, hoje? Continua valendo? Ou ela mudou?

AZ – Naquela época, havia a Ditadura Militar, com a polícia agindo de uma forma extremamente violenta, porque corrupta e sem controle democrático. Duas coisas estão intimamente relacionadas: queima de arquivo, ou seja, destruir o arquivo vivo; e aumentar a aposta para elevar o ganho do policial. Essas duas coisas estão relacionadas. Grupo de extermínio também é grupo de extorsão, ninguém me convence do contrário. Isso começou, da forma como está implantado aqui, durante o Regime Militar, não que não houvesse polícia corrupta antes, mas eu acho que, digamos assim, institucionalmente, ela ficou mais aberta e, não havendo liberdade de imprensa nem valorização do respeito à lei na instituição, devendo menos satisfação dentro da própria polícia. Por quê? Porque as Forças Armadas passaram também a torturar e dizem também, até, que se envolveram em casos de corrupção. Esse assunto eu nunca pesquisei, mas, lendo o livro do Elio Gaspari, a gente pode concluir que houve uma degradação moral



muito grande nas Forças Armadas brasileiras durante o Regime Militar. Obviamente que isso atingiu a Polícia Militar e a Polícia Civil; que não eram instituições de santos, passaram a se envolver mais, além do DOPS e outras instituições, com esse tipo de ação. Então, nós estamos diante desse quadro que, do ponto de vista institucional, provoca muita revolta na garotada, porque a ação repressora, corrupta e violenta está em várias histórias de vida que eu recolhi de garotos que foram do tráfico, inclusive do Ailton Batata, o único sobrevivente daquela guerra, que eu conto no livro *A Máquina e a Revolta* e recontado no romance do Paulo Lins, *Cidade de Deus*. O filme também trata da mesma guerra, de uma forma totalmente descontextualizada historicamente. Ailton me dizia, e a mãe confirmava, que as razões para a entrada no tráfico foram a da perseguição de um policial, que não largava do pé, que estava sempre ameaçando, prendendo etc. etc. pelas pequenas travessuras que um menino da favela comete, às vezes só porque ia na esquina comprar mantimentos para a mãe. Depois virou dono de boca. Mas nessa época, os chamados “donos de boca” eram simplesmente “donos da boca”. O menino que tinha crescido ali conhecia todos de sua vizinhança, respeitava as demais lideranças, do bloco de carnaval, o senhor que tinha um timinho de futebol, que ele treinava, como o pai do Romário, os pais-de-santo, o pastor, o padre... O padre da Cidade de Deus era uma figura importante nessa ocasião, embora tivesse recebido algumas críticas, mas mesmo assim ele tinha uma participação, dizia alguma coisa. Com a evolução da trama dos comandos,

esse quadro muda no sentido de que o “dono da boca” passa a ser o dono do morro. Ele domina tudo. A guerra em Cidade de Deus, aquela do final dos anos 70 era porque o Zé Pequeno queria dominar “geral” a Cidade de Deus; e ele foi impedido de fazer isso pelo Ailton Batata e pelo Manoel Galinha, aliado a algumas outras pessoas, mas, da segunda metade em diante, na década de 1980, isso começa a se consolidar em várias favelas do Rio de Janeiro. E o que é que acontece? O “dono do morro” significa aquele que manda em todas as “bocas” do morro e também aquele que começa a interferir na associação, na escola de samba, no bloco de carnaval, enfim, qualquer pessoa que queira fazer alguma coisa naquele morro, naquela favela, naquela comunidade, como você queira chamar, tem de pedir licença ao traficante, pois só com a permissão dele é que se pode trabalhar. Finalmente, nós estamos em um terceiro estágio, agora, em que esse domínio transforma-se em terror.

RRJ – Podíamos até situar o dia desta entrevista [16 de abril de 2004]. Estamos falando em um sábado, depois de um conflito armado que se inicia na Sexta-feira Santa, em Vidigal.

AZ – Sim, é importante situar o dia, mas não é por causa desse fato que eu estou falando isso tudo! Isso já aconteceu em outros episódios, no Pavão-Pavãozinho, em Copacabana. E aconteceu todo dia! Em Madureira, na Maré, em Bonsucesso... No Complexo do Alemão. Eles estão invadindo as praias! A Linha Vermelha, a Linha Amarela... Queima de ônibus... Jogar bomba...



RRJ – Precisa-se analisar com esses episódios o que está sendo feito no Rio de Janeiro em relação ao controle do espaço urbano, quase de forma cotidiana. Tanto o Poder Público, os políticos, quanto as organizações não-governamentais têm de solicitar autorização para realizarem qualquer iniciativa nas comunidades, nos morros, mesmo em relação à cultura. Como você visualiza isso no que se refere ao papel do Estado? Há também outras imbricações, como o jogo do bicho. Não se faz nada em Nilópolis sem consultar o Anísio, nem na Portela se fazia sem o Natal.

AZ – Eu diria que há uma enorme diferença de estilos. Natal era sambista, embora o Anísio, como vocês me lembraram, sem ser sambista é do samba. Além disso, não tem exército armado permanentemente nas ruas aterrorizando a população local. Não dá para comparar as duas situações de poder exercido localmente. Um é poder militar, o outro é poder da sedução e da política clientelista.

RRJ - A sua pesquisa resultou em tese de doutorado e no romance do Paulo Lins que, por sua vez, resultou em um filme. Qual a sua visão dessa associação entre o trabalho acadêmico e a produção cultural que não tem os mesmos compromissos e regras?

AZ – Bom, essa é uma pergunta muito interessante que muitas vezes me faço. De fato, eu tive uma série de problemas provocados pelo investimento que eu fiz no romance do Paulo Lins.

Ele trabalhou comigo por nove anos. Durante cinco anos consegui verba de pesquisa para ele escrever o romance, com a idéia de que esse romance seria lido pelos jovens que, lendo tudo aquilo, aquela saga, ou várias sagas, porque são muitas histórias, muitos personagens, contados no livro, iriam conhecer melhor as armadilhas do tráfico e os caminhos que a entrada no tráfico leva. Só que o Paulo tinha um outro projeto, o de ficar famoso nacional e internacionalmente; e conseguiu. Eu fiquei muito feliz com isso, por ter o ajudado a encontrar um novo espaço, pois ele pertencia a uma das famílias mais pobres da Cidade de Deus, por isso que se investiu na educação dele. Ele era de uma família organizada. Mas quando ele vendeu os direitos para o filme, abriu mão de uma série de coisas, por ingenuidade, porque foi mal orientado. E o filme me perturbou muitíssimo; foi quando eu decidi, realmente, parar de estudar essa questão do modo como eu vinha fazendo, porque, ao mesmo tempo, eu também colocava meus alunos em risco, e havia um certo ressentimento, manifestado não sempre, mas algumas vezes, por conta disso. O filme me perturbou porque ele descontextualizou historicamente a guerra de Cidade de Deus, uma das primeiras guerras de quadrilha tal como a gente entende guerra de quadrilha hoje. Não há nenhuma indicação de que aquilo se passa no Regime Militar; as armas são dos anos 90, o estilo de vestir, de falar, a mistura do *funk* com o samba, todos esses aspectos são muito mais recentes. Além disso, tem a história do “caixa-baixa”.



“Caixa-baixa” é uma expressão lá de Cidade de Deus, de que eu ouvia falar muito antes de conhecer o Paulo, na primeira pesquisa que fiz sozinha, e designava aqueles jovens que ganhavam pouco dinheiro na criminalidade, que não tinham muito dinheiro no bolso para gastar como o dono da boca. Esses eram os “caixa-baixa”, os adolescentes já virando adultos. No filme, aparecem aquelas crianças de dente de leite dando tiros umas nas outras! Isso nunca existiu, eu nunca ouvi falar. É mentira! Forcei o Paulo Lins a falar sobre isso, mas ele simplesmente optou por confirmar, em um e-mail particular para mim, dizendo que a irmã dele tinha visto o cadáver de um menino de sete, oito anos de idade, numa casa, numa residência. Eu disse a ele que isso é muito pouca evidência para se afirmar que as crianças tão pequenas trabalhavam para o Zé Pequeno e que uma costumava matar a outra, assim, daquela maneira como está contada no filme! Isso me perturbou muitíssimo. Fiquei muito deprimida nessa ocasião e decidi que não ia mais arriscar ninguém, nem ia, também, colocar meu nome, meu investimento pessoal, em coisas sobre as quais eu não tinha o menor controle! Eu não tive o menor controle sobre a trajetória do romance do Paulo depois que ele procurou a editora e muito menos do filme, porque nunca me procuraram para conversar, nunca me perguntaram o que é que eu achava, nunca pediram a minha ajuda para nada. Mas tenho a certeza de que leram o meu livro.

RRJ - Foram esses os motivos que fizeram você transferir seus interesses de pesquisa para outras esferas, tais como samba e assuntos semelhantes?

AZ - Eu já tinha alguns alunos estudando samba, sempre fui sambista, sempre adorei samba, sempre fui carnavalesca, meus pais me levavam ao Centro da cidade todo ano, fantasiada, ou aos bailes de clubes. Eu gostava do carnaval de rua e o dos clubes; eu gostava de carnaval. Sempre gostei muito de dançar, sempre gostei muito de música. E o entusiasmo dos meus alunos e a vontade que eles tinham de deixar essa área tão pesada, tão perigosa, também, fizeram com que eu optasse por voltar às coisas sobre as quais eu já tinha escrito. Eu fui estudar um bloco de carnaval no início da década de 1980, o meu foco era esse, não era o tráfico! [risos] Resolvi embarcar nessa pesquisa, refiz o projeto, mas, na verdade, o projeto tem uma certa continuidade porque, ao estudar os sambistas, eu estou querendo ver uma série de coisas que estão relacionadas com a violência e também com a masculinidade. Havia um projeto anterior, aquele que se tornou a tese de doutorado da Fátima Cecchetto, uma comparação entre baile *funk*, baile charme e os lutadores de jiu-jitsu, uma comparação entre os que seguem a filosofia do esporte e os que o usam para brigar de uma forma muito covarde, porque eles se juntam em bando para atacar um ou dois. São todos pertencentes ao mesmo grupo social, jovens de subúrbio, de baixa renda, com escolaridade um pouquinho variável. O pessoal que vai ao baile charme, por exemplo, tem um pouco mais



de anos de estudo, em geral tem emprego, mas são avessos à droga. O negócio deles é dançar, se vestem muito elegantemente, enfim, tem um *ethos* completamente diferente, não tratam as mulheres de “cachorra”, não acham que bater em mulher é bacana, diferente dos lutadores de jiu-jitsu e da galera *funk*. É óbvio, neste caso, e a conclusão do estudo foi essa, que a pobreza apenas não pode explicar tamanha diferença dentro de um mesmo grupo social. Com os sambistas também houve um pouco disso. No meu artigo sobre este assunto publicado no Brasil, “Pra não dizer que não falei de samba”, dizia que, no meu entender, tudo indica que o samba e as escolas de samba tiveram papel importante no processo civilizatório do Brasil e do Rio. Por quê? Porque ofereceram mais um espaço em que grupos rivais, de bairros distintos, poderiam competir e ter o prazer que vem dessa tensão da competição, sem um querer destruir o outro; ao contrário, tem que permanecer para haver desfile no ano seguinte. Eles são amigos, as escolas se tratam de irmãs, uma apadrinha a outra. Agora mesmo, nesse último carnaval, tivemos um exemplo disso patente, porque a Império Serrano ficou numa dificuldade muito grande por conta de processos jurídicos que corriam a respeito de quem era o presidente da escola e não pôde receber a totalidade do dinheiro que tinha direito, e a Mangueira, o Salgueiro e mais uma outra escola, simplesmente emprestaram dinheiro para a escola Império Serrano poder desfilarmos! Isso se comprova porque os sambistas,

hoje, também se deslocam, sempre se deslocaram de uma escola para outra, sempre visitaram uma ou outra escola. Atualmente, eles vão ainda mais longe, eles concorrem com sambas em diferentes escolas [risos], com diferentes parceiros; e fundaram várias associações que juntam sambistas de diferentes escolas, bairros... até de outros estados, que moram aqui no Rio e frequentam essas associações. Embora esse *ethos* não esteja livre da violência, obviamente, porque não existe nada que esteja inteiramente livre da criminalidade, nós sabemos disso muito bem; até porque se nós entrarmos dentro da universidade, vamos encontrar violência e criminalidade. A aca-demia, que é a torre de marfim, onde está a elite, no entanto, a gente encontra também a violência e a criminalidade dentro dela. É óbvio que não é um mundo imune a isso, mas as relações com o tráfico, com o jogo do bicho, as relações, antes, com o “malandro valente”, estão pouco estudadas. Eu retomei este assunto a partir dos trabalhos já conhecidos, do Luis Antonio Machado da Silva e de outros colegas, para, a partir da história oral, entrevistando sambistas importantes em diferentes épocas e que agora se consideram (se consideravam esquecidos... [risos]), porque de repente houve uma explosão, uma retomada do samba. As entrevistas que eu fiz no ano passado estão completamente diferentes das entrevistas deste ano. Este ano está sendo definitivo em termos da recuperação de algo que estava sendo sufocado.



RRJ – Houve uma certa tensão quando seu trabalho começou a se destacar mais em São Paulo?

AZ – Não, isso está inteiramente superado porque meus colegas paulistas que apareciam no cenário intelectual como os defensores dos direitos humanos, especialmente dos pobres e oprimidos, inclusive dos criminosos, se convenceram de que não se podia deixar de falar do tráfico de drogas, do crime organizado. A tensão era justamente essa: eles queriam culpar o Estado por tudo o que estava acontecendo, numa perspectiva exclusivamente a favor dos direitos humanos, mas contra o Estado brasileiro. Já havia ocorrido a época de redemocratização, mas havia, nesse subterrâneo menos visível, coisas importantíssimas acontecendo, e essas coisas eram extremamente preocupantes e estão sem solução até hoje, pois pode envolver uma parte do Estado brasileiro, mas não a totalidade. Você não pode ser contra o Estado numa postura que ameaça até mesmo a constituição da democracia. A tensão era essa. Mas eles sempre me respeitaram, sempre me chamaram para falar lá várias vezes, sempre falaram da minha obra. Eu dizia: que obra? Eu não tenho obra! Tenho trabalhos sem muita coerência, continuidade. Enfim, eu me considero amiga do Sérgio Adorno embora eu ainda ache que ele tende a fazer crítica maior à violência policial. É óbvio que a gente tem sempre de fazer a crítica da violência policial, pelo menos nos índices altíssimos, na forma como acontece no Brasil, mas ser contra a polícia, acho um desatino. Considero um desatino, até porque quando

you vai conversar com a população de trabalhadores pobres, a postura deles é a de que gostariam de ter uma polícia respeitosa. Não é que eles sejam contra a polícia, eles não são! Eles precisam da polícia! Tanto é que, muitas vezes, o traficante vem e, sabidamente, espertamente, ocupa essa função também, e passa a policiar a comunidade, não deixando gatunos entrarem, não deixando estupradores ficarem na favela, embora alguns deles também pratiquem esse “esporte”.

RRJ – Gostaríamos que fizesse uma reflexão sobre o papel do intelectual público na atualidade: em que medida vale a pena falar para a mídia, que mídia deve ser privilegiada e que mídia talvez deva até ser evitada? Sabe-se que nas várias mídias há diferenças em termos de oportunidade, que o debate é repleto de nuances, chama-se a atenção para um determinado momento de crise para repercutir uma notícia.

AZ – Sim, tenho participado muito da mídia falada, escrita e televisada. Inicialmente, quando comecei a ser solicitada, duas coisas, não absolutamente iguais, funcionaram. De um lado, o fato de que eu fiquei envaidecida; e a vaidade vem tomando um aspecto muito preocupante entre os intelectuais que gostam de aparecer. A partir de um certo ponto, comecei a ficar preocupada com isso e me recolhi. Mas no início não, eu gostava, eu gostava de estar começando a aparecer, meus artigos publicados no jornal sem problema nenhum, ser solicitada para dar entrevistas a toda hora. Por outro lado, sempre





considere que era minha obrigação, que era uma forma de contribuir para que as políticas públicas no Brasil mudassem – várias políticas públicas envolvidas nisso tudo –, tanto na área da prevenção quanto na de segurança. Desse ponto de vista, a minha participação, de certo modo, foi decepcionante porque muito pouca coisa mudou nas políticas públicas. Tivemos alguma importância na área da prevenção; as políticas sociais que ficaram mais focalizadas nas áreas pobres; o surgimento de muitas ONGs desenvolvendo projetos; prefeituras que passaram a se interessar pelo assunto; a juventude, que tomou uma dimensão que não tinha, ninguém falava de jovem. Quando eu comecei a participar desse debate público, ficou uma frustração enorme quanto ao trabalho policial, porque muito pouca coisa mudou, apesar de todas as novas tecnologias disponíveis, apesar de algumas mudanças interessantes, como a construção das delegacias legais. Como cidadã, eu me sinto muito melhor recebida numa delegacia legal do que numa delegacia, que era assustadora, onde se tinha até medo de entrar, era um antro. Cheirava mal, era sujo, desagradável, aquela máquina de escrever velhíssima... Agora, existem funcionários, computadores, é arejado, tem ar-condicionado, é realmente uma diferença enorme. Sobre as práticas, especialmente no que diz respeito à repressão do tráfico, nada mudou aqui no Rio de Janeiro; continua a predominância de blitz, da invasão sempre armada, dando tiros... Algumas coisas nos fazem crer que ainda há esperança, ainda hoje! A maneira pela qual Hélio Luz resolveu o problema dos seqüestros, usando

um *software* de redes, por meio do qual sua equipe conseguiu desbaratar as quadrilhas, e esse tipo de crime baixou incrivelmente no Rio de Janeiro. Voltando, então, fiquei um longo período silenciosa, me afastando, eu não estava mais querendo nem sair no jornal, mas quando explodiu tudo isso de novo, eu me senti chamada, como se houvesse, assim, uma convocação. Vieram muitos pedidos para que interviesse, dizendo o que eu achava, o que eu pensava, foi impressionante. Depois dos eventos aqui da Rocinha na semana-santa de 2004. E aqui estou de novo, participando desse debate, com a esperança, mais uma vez, de que as políticas públicas na área de segurança mudem. As coisas ainda precisam ser ditas, pelo menos aqui no Rio de Janeiro. Não podemos perder a esperança de que isso vai mudar e tenhamos mais condições de ter uma política de segurança democrática, sem criar esse pandemônio, essa tragédia que é morar numa favela, hoje, entre dois fogos, de um lado os traficantes, do outro lado, os policiais.

RRJ – Como você vê esse fenômeno da violência na classe média?

AZ – A idéia inicial desse projeto em que começamos a focalizar mais a masculinidade, a construção da masculinidade, os vários *ethos*, porque não tem só um, o da masculinidade, era fazer a comparação entre classes populares e classes médias, porém o acesso ficou complicado nas camadas médias, então acabamos falando apenas, mais uma vez, das camadas pobres. Mas a Fátima Cecchetto, que fez o doutorado e mestrado na UERJ, continua esse trabalho na Fiocruz,



está estudando no momento os “pitboys” da Barra da Tijuca. O Rodrigo Mon-teiro estudou as torcidas organizadas, que também incluem a classe média, usando a abordagem do eto guerreiro, um conceito do Norbert Elias. A discussão sobre a construção da identidade masculina é muito interessante e ocorre simultaneamente nos Estados Unidos e na Inglaterra. O Norbert Elias usa a idéia de um eto guerreiro para tentar explicar porque o nazismo surgiu na Alemanha e não em outros países europeus, tais como a Inglaterra e a França. Elias faz uma comparação entre os três países e, no meu entender, é a melhor explicação que eu já li a respeito do porquê o nazismo se deu na Alemanha, analisando as características do processo civilizatório em cada um deles. Ele mostra como na Inglaterra o jogo parlamentar e os esportes foram fundamentais na construção de um novo *ethos* da masculinidade, em que o prazer em destruir fisicamente o rival já não fazia mais sentido, ou seja, não era matando seus adversários que os homens tinham orgulho de ser homens, como acontece no eto guerreiro; ao contrário, eles passaram a ter vergonha de não controlarem suas emoções e partirem para a violência. O controle das armas no país foi importante, mas também o fato de que houve esse desenvolvimento incrível na área dos esportes e do jogo parlamentar, quer dizer, o que aconteceu na formação das subjetividades foi muito importante tanto na substituição da política liberal como das práticas sociais do lazer. Essa teoria é importantíssima para entender o fenômeno atual da violência

e a superação dele. O Rio de Janeiro tem condições até melhores do que São Paulo para superar esse fenômeno, se bem que São Paulo agora está copiando o samba do Rio, mas não é enraizado como é no Rio. O movimento *hip-hop* nos Estados Unidos, que não se chama de movimento, mas de “geração *hip-hop*” que se auto proclama contra a “geração dos direitos civis”, abandona a idéia do projeto político em favor do enriquecimento; e o enriquecimento pode se dar através do tráfico ou da música que a geração *hip-hop* passa a produzir, o *rap* e várias formas de *funk music*. Tudo isso junto forma a “geração *hip-hop*”. Eles discutem a frustração do movimento dos direitos civis, embora tenham tido muitas conquistas, pelo fato de que há, ainda, desigualdade entre brancos e negros nos Estados Unidos, e pensam em superá-la através das novas formas de enriquecimento no mercado cultural e no crime-negócio, só que essas formas estão funcionando para uma pequena minoria, que imediatamente deixa o gueto, vai morar nas áreas dos brancos [risos], constitui família, e vive como qualquer outro milionário americano. Por isso os estudos apontam o para-doxo do músico do *hip-hop*. Vendo um documentário sobre o *hip-hop* nos Estados Unidos, uma das pessoas entrevistadas era uma cantora que tinha se vangloriado de ter 360 pares de tênis na casa dela. Que diferença: eu sou de uma geração que achava que ter um projeto político era importante, defendendo uma série de coisas...





RRJ – Qual é a sua posição sobre o fato de o intelectual trabalhar diretamente com as autoridades políticas, elaborando estudos propositivos de política públicas?

AZ – Eu nunca pensei em aceitar um cargo de secretário de segurança ou coisa do gênero porque acho que essa não é a nossa função. Eu me considero basicamente uma pesquisadora, não abduco dessa posição de independência partidária, de independência de pessoas, de políticos, mas eu aceitei o oferecimento para ser assessora da Prefeitura do Rio de Janeiro em 2001, fiquei nesse cargo de janeiro de 2001 a julho de 2002. Estava muito dividida entre o trabalho na Universidade, que me mobiliza muitíssimo – havia vários alunos terminando tese – ao lado do trabalho na prefeitura, mas também eu divergi das posições do prefeito em relação àquelas rebeliões dentro das prisões, quando ele, pela imprensa (parece que ele havia dado declarações, depois negou para mim que tivesse dito aquelas coisas daquela maneira). Eu já vinha tendo uma certa dificuldade em lidar com esse tipo de divergência que existia dentro da macro-função - chama-se macro-função, é como se fosse o nosso GT da ANPOCS, só que prática, que reúne pessoas de diferentes secretarias para discutir um tema, um problema qualquer que tem de ser enfrentado pelo governo, pelo Poder Público. Eu não consegui lidar com a oposição de alguns oficiais da Polícia Militar que faziam parte do grupo, que consideravam, eu acho, a minha posição de coordenadora meio que fora da ordem natural das coisas. Comandar é mais com eles. Mas eu queria frisar,

primeiro, que eu fiquei muito bem surpreendida pelo fato de que eu convivi com pessoas de altíssimo gabarito, bem preparadas para a administração pública, para enfrentar as dificuldades de levar adiante um projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro. Os funcionários são concursados, desde a década de 1980, a maior parte deles, em várias áreas. Além do mais, tem o estilo do prefeito César Maia. Ele delega poder, deixa os funcionários com uma certa liberdade para montarem coisas, discutirem etc.. Desse ponto de vista, foi uma experiência muito interessante; aprendi muito nesse período que eu passei lá, inclusive sobre as minhas dificuldades pessoais em relação a esse tipo de trabalho que exige um nível de dedicação pessoal muito grande e uma certa capacidade de transformar aquilo que é uma idéia, uma sugestão, em algo que possa ser realizado praticamente; e isso é uma dificuldade enorme. Fiz um projeto para a prefeitura que se chamou “Segurança Participativa – Um Rio de Paz sem Medo”. No grupo de trabalho, eu justamente tentava juntar a minha preocupação com esse desmantelamento das organizações, o que havia estudado no início da década de 1980; desmantelamento esse que era muito forte porque estavam sendo muito ameaçadas pelo tráfico. A reação de medo, a postura reativa de parte da população, especialmente nos subúrbios, de se voltar para dentro de suas casas, ter medo de sair, a deterioração urbana etc.. Esse projeto pretendia fazer com que as pessoas participassem cada vez mais das atividades vicinais, que tivessem direta ou indiretamente a



ver com segurança, que se investisse cada vez mais, e de modo também participativo, no lixo que se acumula em certas áreas, na aparência das ruas, poda de árvore, meio-fio, calçada, coisas pequenas, mas que têm um impacto. Tive uma experiência muito interessante, em Honório Gurgel, numa rua que estava abandonada; os traficantes viviam por ali na calada da noite, os usuários de drogas ocupando tudo e a população recolhida em suas casas com medo. A partir de uma intervenção desse tipo, o bar que existia na rua voltava a se encher de mesas, com cadeirinhas, o pessoal voltou a ocupar o espaço e os traficantes iam embora. É essa a idéia de algo que tem que ser, não é que se vá acabar com o tráfico, isso é ilusão, não se vai acabar com o tráfico mesmo, mas que ele venha a ser subterrâneo e que os moradores sejam respeitados por terem o direito de ir e vir, de se divertir, de fazerem suas festas sem a intervenção desse “todo-poderoso”, isso é fundamental. Esse projeto foi reinterpretado em várias secretarias, fizeram modificações, até melhorias. É óbvio que houve deturpações daquilo que eu queria fazer, mas, enfim, foi adiante, continua indo adiante, dei muita força, por exemplo, ao projeto da Secretaria de Esportes e Lazer, que tomou uma dimensão muito grande no governo de César Maia, o que é muito bom, porque abre uma frente de profissionalização para o jovem pobre, mas, infelizmente, o projeto no qual eu tinha mais interesse, o Projeto Mediadores da Paz, porque eu mexia justamente com essa idéia da masculinidade, da construção da identidade masculina, ficou muito restrito a algumas áreas.

Eu e Gilda Assunção de Souza. Ela continuou naquele órgão em 2002, quando o projeto já estava sendo implantado. Tínhamos 80 jovens com os quais trabalhávamos; no início de 2004, já eram 350 jovens, mas ainda é muito pouco. Outros projetos muito interessantes foram feitos; o Projeto dos Agentes da Liberdade, ex-prisioneiros ajudando outros prisioneiros a conseguirem documentos, a conseguirem cursos de profissionalização, enfim, uma outra reinserção. Até que ponto isso vai funcionar eu não sei, mas está em funcionamento. Tem sempre frustração; eu saí frustrada, evidentemente porque não consegui convencer aqueles oficiais da PM sobre minhas idéias de prevenção da violência. Frustrada, também, porque nesse projeto em particular, em que eu tinha tanto interesse, não tive o apoio que eu esperava. Eu não tenho muita experiência de governo, mas fiz algumas avaliações e acho que a prefeitura do Rio de Janeiro foi, desses contatos que eu tive com governos, a que mais me impressionou pela qualidade, pelo empenho das pessoas, as pessoas trabalham realmente motivadas, não são todas, evidentemente, mas elas têm um alto nível de motivação, de empenho no que elas fazem.

RRJ – Você não sentiu nenhum tipo de constrangimento de ser assessora de um prefeito cujo discurso a respeito da violência é interpretado em algumas áreas como autoritário?

AZ – Depende da forma como você vai interpretar aquilo que a mídia diz que o César Maia diz.



Ele é uma figura muito interessante, digamos, complexa, porque investe muito na prevenção, na política social; ele está multiplicando as creches, está investindo demais na educação infantil. A meta dele é triplicar o número de creches no Rio de Janeiro, que funcionam com profissionais formados para lidar com crianças pequenas. Ele investiu muito em esporte também. Ele tem todo esse projeto de profissionalização, criou um sistema de aumentar o número de empregos, tanto é que a pobreza, a proporção de pobres no município do Rio de Janeiro, diminuiu na década de 1990 e aumentou em 51% na cidade de São Paulo. Quanto aos artigos que ele publica são até, digamos assim, incoerentes, de um certo ponto de vista, porque ele publica coisas muito no calor da hora. O que é a principal característica, a marca de todos esses artigos e pronunciamentos é o fato de que ele gostaria de ter um poder federal atuando aqui no Rio de Janeiro. Às vezes ele chama o Exército, às vezes ele chama a Guarda Nacional, agora ele está tendendo a achar que seria um departamento qualquer da Polícia Federal encarregado especificamente do crime organizado, do tráfico de drogas, em particular. É óbvio que eu não supus que seria tão difícil mudar, melhorar as idéias e tornar mais coerentes, que eu percebia que ele investia muito nessa área da política social. Eu já o conhecia, ele vem da esquerda, foi preso pela repressão no Regime Militar; ele sempre foi considerado um ótimo administrador, o que ele vem provando que é.

Eu não me preocupei em caracterizá-lo por esse discurso porque achei que poderia ajudar a tornar mais coerente esse discurso. Não conseguindo, eu me retirei do governo.

RRJ – Você falou de uma experiência ao nível municipal. Como você enxerga o problema da coordenação de esportes ao nível municipal, nos estados e federal, num país como o Brasil, de dimensões continentais, para enfrentar esse problema da violência, da segurança pública? Há alguma perspectiva que você enxergue em termos de políticas públicas?

AZ – Há um projeto do governo Fernando Henrique; há o Plano de Segurança Pública do Luís Eduardo Soares, do qual eu também não fui chamada a participar, não dei nenhum palpite, por isso não entendi muito bem o que se pretendia neste projeto. Mas esse tipo de iniciativa é absolutamente fundamental, só que sem mexer na engenharia institucional não vai dar certo.

RRJ – Existe a questão das verbas que não são repassadas aos projetos.

AZ – Este é um ponto crucial, o da engenharia institucional e da dinâmica política no Brasil, que é o fato de que os interesses eleitorais acabam predominando sobre os interesses públicos. Grande parte desses recursos nunca foram aplicados, os projetos nunca foram implementados por causa da ingerência desses interesses partidários. Segundo a leitura que eu tenho nos jornais, porque eu nunca fiz



avaliação nem nunca participei de nada que se refere a isso, mas pelo que eu leio nos jornais, a conclusão que eu posso tirar é a de que, muitas vezes, esses interesses eleitorais e também as preferências locais, regionais, o apoio dado ao município de São Paulo, ao Estado de São Paulo, é escandaloso nesse governo. Escandaloso! E o desinteresse por aquilo que é nacional também é escandaloso. O problema de segurança pública é um problema nacional, o problema das políticas de combate à pobreza é um problema nacional, tem um nível nacional; o problema da criminalidade é nacional, tem que ter projetos nacionais e sua implementação passando por cima dessas questões partidárias. Eu gostaria que os ministros paulistas e o presidente que não é paulista, mas que parece ser, se preocupassem mais com o país e menos com São Paulo. É isso que eu gostaria que acontecesse.

RRJ – Você tem afirmado em várias das palestras que é favorável à descriminalização das drogas? Em que nível seria?

AZ – Eu mudei o meu discurso a esse respeito no seguinte sentido: é que neste contexto internacional não é favorável desafiar os Estados Unidos. Por quê? Porque parece que esse atual governo, muito claramente, só espera um pretexto para invadir, para prejudicar aqueles países que ousem desafiar o poderio americano. Nesse sentido, eu acho que não tem muito cabimento ficar falando agora da legalização, até porque essa legalização nunca ocorreu em nenhum país do mundo de uma forma completa. Ela existe para a maconha, em

alguns países, e existe uma legislação que pune menos o usuário, que não pune, que não considera o uso até uma certa quantia como crime, mas que está longe de resolver esse problema. Nós sabemos que a proibição gera violência e é muito difícil explicar para um jovem por que é que o álcool, que faz tanto mal, que também destrói os neurônios, destrói o fígado, entope as veias, e outras coisas mais, por que é que o tabaco, que faz tanto mal, não são proibidos; enquanto que a maconha, que também faz algum mal, que afeta a memória e a concentração, a nova maconha geneticamente modificada para ter mais THC, vicia e destrói neurônios, e a cocaína, que cria vício, que destrói o cérebro, também, são proibidas. É muito difícil, é muito complicado; de fato, nós só vamos ganhar essa batalha quando tivermos um discurso para apresentar aos jovens. Enquanto não tivermos isso, teremos de explicar dessa maneira tortuosa, que de fato o mercado informal, ilegal, cada vez mais violento, existe em função do uso que eles exercem, que eles fazem, de drogas ilegais. Mas, culpá-los por isso é simplesmente uma fuga de responsabilidade da polícia, que não quer ter um projeto com prioridades claras. Provavelmente o homicídio é um problema muito mais sério, muito mais importante, e não está sendo investigado de jeito nenhum, do que o uso de drogas, que é, no máximo, a pessoa fazendo mal a si mesma, de modo que eles é que são vítimas, sem dívida nenhuma. É preciso, desse ponto de vista, inverter a prioridade, tal como ela aparece hoje da repressão superando a prevenção, que já foi apontada nos meus trabalhos, nos trabalhos do Sérgio



Adorno, no que a gente concorda inteiramente, nos trabalhos do Cláudio Beato e de tantos outros.

RRJ – É mais comum oferecerem drogas nas ruas de Madri, de Paris, de Amsterdã... Mas na Cinelândia, no Rio, não se vê isso. Por que há essa diferença? Por que é que nesses países não há tanta violência vinculada ao tráfico como há no Brasil?

AZ – Só me ofereceram drogas em Nova York, no Central Park. De resto, nunca me ofereceram. Não devo ter cara de usuária, devo ter cara de madame, cada vez mais [risos...]. Oferecem drogas na Europa, nos Estados Unidos, por que lá tem muito mais usuário do que aqui! Por que é que lá a repressão é menor? Dependendo do local, porque se você for à favela aqui não tem repressão nenhuma! Eles só pressionam para pagar o “arrego”, não é isso? Ou então, quando o comandante manda e eles chegam dando tiro para acertar quem acertar e ter a justificativa de que “matamos três traficantes, ótimo, operação bem-sucedida!”. É essa ilusão que a gente precisa desconstruir, quebrar, destruir, porque se não a gente vai ficar nesse círculo vicioso infundável, é isso que não acontece na Europa, ou nos Estados Unidos. Por quê? Porque lá eles optaram pela investigação, pela inteligência. Há muito tempo, a polícia de Chicago, de Los Angeles, de Nova York mudou as formas de agir desde o início dos anos 90, optando por juntar vários setores que antes estavam separados e também por trabalharem em equipes que reúnem polícia, órgãos federais, FBI, CIA, etc.. Com a polícia, que é sempre a polícia da cidade, porque lá é polícia da cidade, e não sei

se tem alguma polícia do estado. Eles se juntam, trocam informações, é tudo informatizado, as informações passam, atravessam as fronteiras dos estados com maior facilidade, não existe essa preocupação do delegado que “carrega” as informações que possui, o dossiê que ele tem, até o álbum de fotos que ele tem, dos traficantes, para casa dele, para ninguém mais ver.

RRJ – Não seria o nível dos salários dos policiais nos Estados Unidos e na Europa que influi sobre a eficácia no combate ao crime?

AZ – Mas isso é impossível atingir, não tem salário que chegue perto do que a corrupção pode oferecer a um policial. Mas, o que as polícias na Europa e nos Estados Unidos fazem? O que se faz é um controle sobre o enriquecimento súbito de policiais que são investigados para saber o que está acontecendo; é o fato de que eles, nessa engenharia institucional, também possibilitam que a própria polícia tenha meios de controlar a ação dos policiais, e isso é feito de uma maneira não-corporativista; quer dizer, um policial, nos Estados Unidos e na Europa, quando se sabe que um colega está envolvido em corrupção, procura saber o que está acontecendo. Óbvio que tem corrupção policial nesses países, é evidente que tem, e provavelmente alguns se safam melhor do que outros, não são apanhados. Mas a eficiência em dismantlar os grandes esquemas de corrupção passou a funcionar, nos Estados Unidos, pelo menos a partir da década de 1980. Mas quero afirmar o seguinte: mesmo dentro deste país



imenso, você tem diferentes atuações da polícia, hoje. Algumas polícias conseguiram avanços significativos, notáveis, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, até mesmo, agora, São Paulo. Eu não sou baírrista.

RRJ – Tramita a discussão sobre o novo sistema nacional antidrogas. Um dos pontos centrais dessa lei, atualmente de número 7.134, é a descarcerização do usuário de drogas. Nenhum usuário de drogas será mais encarcerado, terá apenas privação de liberdades. Haverá apenas advertência sobre os efeitos das drogas, a exigência de prestação de serviços à comunidade, de medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e o juiz poderá indicar tratamento para o usuário. Há cerca de uma década, decisões do Superior Tribunal de Justiça determinavam multa e encarceramento do usuário. Houve, nesse período, mudanças no sentido de se aplicarem penas alternativas ao usuário. Isto propicia uma discussão notável na sociedade sobre a responsabilidade do usuário de drogas em relação à violência, aos traficantes. Como você considera essa discussão, que talvez não esteja apresentada pela mídia de uma forma muito notável?

AZ – Vocês têm toda razão em relação à mídia no Rio de Janeiro, que tem dado muito mais espaço a essas tentativas da polícia de justificar suas falhas culpando o usuário por todas as mazelas, problemas e tragédias ocorridos aqui.

Isso é um jogo, um jogo político, porque trata-se de manter a imagem positiva da polícia, que está longe de sê-la. A polícia está chegando perto da desmoralização, pelo menos aqueles responsáveis pela condução da política pública de segurança no Rio de Janeiro. Agora, por outro lado, há uma reação, porque essa nova legislação representa um golpe na corrupção policial, uma das fontes principais, eu não diria a principal, porque o tráfico dá muito mais dinheiro, mas uma das fontes importantes dessa corrupção é o acaque aos usuários e aos seus familiares. Então, essa mudança vai representar uma diminuição dessa renda ilegal da qual muitos dos policiais usufruem.

RRJ – A descarcerização poderia levar a um aumento do consumo?

AZ – O maior consumo é dentro da prisão! Imagina, as pessoas aumentam seu consumo dentro da prisão. De jeito nenhum! A descarcerização simplesmente significa que vai ser mais difícil para o usuário de drogas assumir uma carreira criminosa e, pela revolta, acabar engrossando as hordas dos bárbaros.

RRJ – Quanto a sua condição de mulher, de intelectual, de professora universitária, de administradora, o que tem a dizer?

AZ – Eu já tentei refletir um pouco sobre isso no memorial de professora titular e, antes, de professora docente na UNICAMP, tentando compreender, porque para mim é um mistério, um enigma.





Por que é que eu, uma moça da Zona Sul, que gostava de praia, de samba, de festa e de projetos políticos conseqüentes, que podiam ser levados adiante através de uma luta de outro tipo, fui acabar especialista em violência? Acho que foi um pouco resultado da minha tentativa de entender o outro. O outro, no caso, é o homem. Eu acho que a mulher é um outro... É um bicho diferente [risos]. Há uma discussão muito grande com colegas antropólogos que acham que tudo é cultural; então, sexo não existe, existe o gênero, mas como tenho dois filhos biólogos e um sobrinho biólogo, e costumo dialogar sempre com as pessoas, eu entendo hoje que a questão é muito mais complexa. Aliás, quero recomendar para vocês um romance, de um autor americano de origem grega, que se chama *Middle Sex*, que traz uma discussão interessantíssima sobre a relação entre gênero e sexo. Que existe sexo, existe, e obviamente eu tenho todas as marcas do sexo feminino, não é isso? E essas marcas interferiram no meu trabalho de pesquisa porque as respostas que obtive para muitas das perguntas eram dadas a uma mulher. Por isso mesmo é que eu, na segunda fase da pesquisa, lá em Cidade de Deus, me valia de pesquisadores, de assistentes de pesquisa homens e, de fato, foi só então que consegui entender com mais profundidade os meandros da relação entre a masculinidade e a entrada no tráfico, da atração pelo poder proporcionado pelas armas e pelo dinheiro como forma de atrair mulheres e, no fundo, segundo um autor bastante respeitado nessa área, nos Estados Unidos, as

mulheres são como o público para essas demonstrações de masculinidade nos homens, e uma das demons-trações possíveis é essa, que se obtém através do poder das armas e do dinheiro no bolso. Os traficantes lá como cá têm muitas mulheres. São verdadeiros Cunhambebe, um famoso chefe indígena do início da colonização do Brasil, que tinha dezessete mulheres.

RRJ – Você acha que o *ethos* guerreiro, esse *ethos* de masculinidade, de virilidade, exerce uma sedução sobre as mulheres?

AZ – Sobre certo tipo de mulher, sim. Ele é interativo. Toda construção de gênero é interativa, depende das outras construções de masculinidade e também de feminilidade, que são várias, não existe uma só. Se tem uma masculinidade dominante, e uma dominada, eu, como não gosto desses termos, porque isso implica numa série de questões que não estão absolutamente resolvidas, ainda mais nessa área, então eu opto por falar que é interativa e é plural, e aí você tem realmente que explicar por que é que alguns jovens, e é nisso que nós estamos trabalhando agora, entram nessa masculinidade hiper-demonstrada, exibida de uma forma muito pública, porque eles gostam de andar pela favela carregando as armas, de uma forma exagerada; eles têm tanto prazer em destruir seus inimigos, enquanto que outros vão num caminho diferente desse. Esse é um grande enigma no Brasil...



RRJ – Este seria um fenômeno recente?

AZ – Acho que não, só que isso se tornou, digamos assim, uma epidemia. Você tem mais e mais jovens se identificando com esse paradigma hiper-masculino. Mas há uma explicação certa para essa questão, que é uma discussão interessantíssima, porque passa pelas coisas da globalização, apelo dos trabalhadores pela segurança no emprego, da demonstração da masculinidade dentro dos sindicatos, passa também pela construção dessa identidade na mídia, especialmente no cinema. O cinema americano é um horror! Esses grandes heróis americanos são todos extremamente cruéis com os seus inimigos, nos seus discursos se vangloriam de seus poderes de destruição. Hoje tem um artigo no *New York Times* sobre o Wal-Mart, discutindo o capitalismo americano que se impôs dessa maneira porque acabou com aquela história de aconselhar o freguês, que é o *customer*, em inglês, a comprar um produto porque é melhor no Wal-Mart; os produtos que eles compram por preços muito mais baratos, mas a qualidade não importa, eles são consumidores. Então, os *customers* pegam o produto por causa do preço e acabou. O interessante é que na Wal-Mart o que prevalece é justamente essa gerência que eles chamam de autoritária. Deu no *New York Times* que o capitalismo americano é baseado na gerência autoritária. É gerência autoritária, então, é impressionante. Isso tudo que se passa no planeta é muito preocupante. Não gosto de falar de domínio, mas, hoje, os Estados Unidos

dominam o mundo, não tem ninguém que consiga desafiar o seu poder, pelo menos ninguém que tenha sanidade mental, têm uns que ficam jogando bomba aqui e acolá, mas onde vai dar isso, eu não sei.

RRJ – Em 1999, você se manifestou publicamente contra a forma de implementação do programa de pesquisas promovido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, quando Luiz Eduardo Soares era o Coordenador de Segurança. Como você analisa a experiência de um colega nosso, acadêmico, assumir a Coordenação de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e depois a Secretaria Nacional de Segurança Pública?

AZ – Eu vou ter de recapitular os acontecimentos de 1998. Em 1998, eu fui solicitada pelo então coordenador do doutorado da UERJ, o Luiz Eduardo Soares, a montar uma linha de pesquisa vinculada à cidadania, violência, justiça, a organizar seminários. Na ocasião, o Luiz Eduardo Soares e o João Trajano me disseram que iam estudar as transformações na intimidade e montaram uma linha de pesquisa nessa área. Quando eu tinha terminado de cumprir esse trabalho, em julho de 1998, mais ou menos, fiquei sabendo da existência do livro que os dois escreveram para o Garotinho, que era candidato a governador. Fiquei indignada porque eu achava que, como colega deles, eu deveria ter sido comunicada de que eles estavam escrevendo esse livro; eles que tinham me solicitado tantas coisas... Eles deveriam ter





procurado a minha cooperação e colaboração, terem discutido comigo. E, além do mais, ter ouvido a minha opinião sobre se o nosso papel como intelectual é escrever um livro assinado por um candidato; eu acho que não é. Pela primeira vez na história intelectual brasileira, eu ouço falar de um colega, um *ghost writer* da academia como candidato. Bom, a nossa divergência começou assim, dessa maneira: uma postura minha em relação ao o que é ser um intelectual no Brasil de hoje, como que a gente deve se comportar, mas também uma coisa pessoal porque me senti desrespeitada por colegas com os quais eu tinha que colaborar cotidianamente. A ida do Luiz Eduardo para a secretaria me deixou estupefata pelo fato de que, em primeiro lugar, para você assumir um cargo desse, você tem que ser um profundo conhecedor. Em segundo lugar, você tem de ser uma pessoa com uma certa experiência em administração. Eu não o considerava nem uma coisa nem outra. Nós estamos em 1998? O Luiz Eduardo tinha feito uma pesquisa a respeito desse assunto, tinha escrito em colaboração com outro colega um artigo nessa área e tinha feito uma tese extremamente teórica, muito brilhante, de filosofia política, em que algumas coisas relativas à segurança eram tratadas. Então, eu fiquei estupefata, realmente, mas acho que existem essas tentações para nós, só que nós temos de ter uma certa maturidade para saber exatamente onde nós podemos funcionar melhor, qual o tipo de contribuição que nós como intelectuais, especialistas na área de segurança e de criminalidade, podemos oferecer

para quem conhece, porque você tem que conhecer os meandros dos governos, dessa engenharia institucional, que é complicadíssima. Bom, em relação a projeto específico de pesquisa, o que me deixou indignada foi o fato de que esse projeto foi apresentado para todos os pesquisadores, houve o oferecimento de uma verba de pesquisa que nunca tinha se visto, em termos de montante, mas também todos iam ficar trabalhando sob a coordenação e supervisão do João Trajano, que era um colega ainda menos experiente do que o Luiz Eduardo, e, de certo modo, cooperando, então, para o funcionamento daquela secretaria que eu achava que não tinha condições de funcionar, por causa da inexperiência das pessoas e também porque é uma área muito complicada. Eu me manifestei, de modo um pouco, digamos assim, sincero demais. Mas hoje eu sou uma das poucas pessoas que defendem o Luiz Eduardo, uma das poucas pessoas na nossa área, porque achei um absurdo ele ser obrigado a se demitir porque chamou para trabalhar a ex-mulher, que é uma profissional muito competente da área. Ela pesquisa há muito mais tempo do que ele, a violência doméstica. Mas as pessoas, por bairrismo, porque também quando vêem uma pessoa que subiu muito, apareceu muito, ser destruída assim, publicamente, sentem uma enorme satisfação. Eu não sinto nenhuma satisfação em ver um colega sendo massacrado, pichado, com sugestões muito sérias e maldosas que correram sobre ele, uma irresponsabilidade de quem disse, pois não há nenhuma evidência de que ele tenha praticado qualquer coisa contra o patrimônio público.



Acho lamentável que, nas duas vezes em que ele tentou implementar planos, apesar de eu nunca ter conseguido compreender muito bem a proposta do Plano de Segurança Nacional, mas pelo menos era alguma coisa pra gente começar a discutir, ele tenha saído de uma forma tão repentina e inexplicável. A maior tentação do intelectual é a vaidade, e ela cega, especialmente quanto aos limites do nosso poder. Imaginar que se pode mais do que é possível arruína qualquer projeto bem feito. Mas teve muito bairrismo nessa história.

RRJ – A oposição Rio x São Paulo continua?

AZ – Cada vez mais acirrada!

RRJ – Como explica este acirramento?

AZ – O Rio de Janeiro foi a capital do país por 320 anos. Formou-se aqui uma elite. Não era uma elite composta só de cariocas; eram pessoas vindas de todos os estados, que pensavam o Brasil, que ajudavam a governar o Brasil, que participavam da administração pública. Além do mais, foi a cidade em que pessoas vindas de todos os lugares construíram alguma coisa, que apresenta o Brasil para o exterior. O que é que é isso? Choro, samba, bossa nova, desfile das escolas de samba, carnaval... Tudo criado aqui no Rio de Janeiro! São Paulo resolveu ser, segundo as declarações do Ministro José Dirceu, no início do governo Lula, “o centro político, econômico e cultural do Brasil”. Como é que um Ministro de Estado, em Brasília, tem a coragem de dizer isso? Político não é, pois o centro político é Brasília.

Econômico sim, sem dúvida nenhuma, mas cultural existem dúvidas, e são essas dúvidas que eles querem apagar. Então, eles estão criando, realmente, estão investindo muito nisso, em uma nova elite, preparando-se para governar o país. Mas o problema é que eles não têm a postura dos que sempre viveram no Rio de Janeiro, de que o importante é o Brasil, e não o Estado ou a Cidade do Rio de Janeiro. Ninguém pode querer governar o Brasil sem abdicar do bairrismo. Quem não abdica do bairrismo não tem projeto nacional. E o problema desse governo é que ele não tem projeto para o Brasil, tem projeto para São Paulo! Juscelino, mineiro, tinha projeto para o Brasil. Getúlio Vargas, gaúcho, tinha um projeto para o Brasil. Nós podemos dizer que até governo militar tinha projeto para o Brasil.

RRJ – Fernando Henrique Cardoso tinha projeto para o Brasil?

AZ – Era bem paulista. E isso é lamentável, porque não é que eu seja contra o paulista... São Paulo tinha uma oligarquia que sempre foi poderosíssima; os governos, mesmo o governo imperial, sempre tiveram de ceder a uma série de reivindicações. A Revolução de 1932 foi esmagada por mineiros e gaúchos, diga-se de passagem; os cariocas não tiveram nenhuma participação. Meu pai estava na tropa que ficou parada em Resende! Não entrou no Estado de São Paulo! E os mineiros e gaúchos estavam lá, lutando contra os paulistas, mas foi o Rio de Janeiro que levou a culpa dessa derrota. Eles sempre disseram,





depois disso, que a revolução paulista iria continuar a investir na construção desse país que está centralizado em São Paulo. Um país dessa dimensão não pode ter um centro, ainda mais um centro político, econômico e cultural. As três coisas ao mesmo tempo? E não é a capital? É muito maluco... É muita pretensão ou vontade de dominar.

RRJ – E a sociologia paulista, você não quer comentar?

AZ – A sociologia mineira é importantíssima, existem sociólogos importantíssimos no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal, em vários estados do Nordeste, em Pernambuco há uma equipe fantástica, muito interessante, que tem feito trabalhos relevantes e, francamente, não se deve menosprezar a sociologia feita em São Paulo por cariocas, como Sergio Micelli,

Paulo Sérgio Pinheiro, Ligia Osório Silva, Maria da Glória Bonelli e Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

RRJ – Concluimos agradecendo a oportunidade de conceder esta entrevista à *Revista Rio de Janeiro*, publicação da qual você foi uma das editoras na década de 1990.

AZ – Eu queria agradecer a vocês. Sinto-me prestigiadíssima, porque a gente sempre acha que os colegas não prestigiam a gente o suficiente, especialmente se for mulher. Eu digo que os colegas homens querem mesmo é ter o controle maior para eles e, na hora de discutir planos, projetos, eles não nos chamam. Mas esta entrevista é uma recompensa por esses anos de sofrimento [risos]. É um reconhecimento e a melhor entrevista que já me fizeram.

